



## COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL

### ACTA NÚMERO 10/XII/ 1.ª SL

Aos vinte dias do mês de Dezembro de 2011, pelas dez horas, reuniu a Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (CEAMPAFP), na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

**- Audição com o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, sobre a última actualização do Memorando de Entendimento.**

O Senhor Presidente deu início à sessão dando as boas vindas ao Senhor Ministro de Estado e das Finanças e ao Senhor Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro informando a CEAMPAFP sobre o objetivo da audição, bem expresso na OT, correspondente a uma solicitação do Senhor Ministro de Estado e das Finanças de apresentar, em primeira mão, à CEAMPAFP, os resultados da segunda actualização dos documentos que suportam a assistência financeira a Portugal.

Continuando informou sobre a grelha de tempos a ser utilizada durante a reunião.

Assim, o Governo dispõe de oito minutos para uma intervenção inicial, seguindo-se uma primeira ronda de perguntas de seis minutos para cada grupo parlamentar e a consequente resposta individualizada de igual tempo, logo após cada intervenção. A ordem das intervenções é a seguinte: PS; PSD; CDS-PP; PCP e BE. Na segunda ronda de perguntas cada grupo parlamentar dispõe de três minutos, acrescido da possibilidade de perguntas, por dois minutos, por Deputado, sendo que o tempo de resposta do Governo deverá abranger a totalidade de perguntas e será de tempo total igual ao utilizado na ronda de perguntas. Caso haja necessidade poderá ainda haver lugar a declarações finais as quais não poderão exceder três minutos.

Seguidamente usou da palavra o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, cumprimentando os presentes e referindo ser um prazer voltar ao diálogo com a Comissão Eventual para



## **COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, lembrando o ponto de situação por si feito, perante esta comissão, na anterior audição de 22 de Novembro, após o segundo exame regular efetuado pelos peritos da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional acrescentando que naquela ocasião havia traçado, em grandes linhas, os resultados obtidos e as principais alterações aos documentos do programa de assistência financeira a Portugal, de maior relevância, segundo a sua opinião. Continuando informou que na véspera, na Comissão Executiva do FMI ficou completo o segundo exame regular pelo que fora, de imediato, autorizada a transferência da terceira “tranche” do financiamento previsto.

Mais disse que a comunicação do Presidente em exercício da Comissão Executiva do FMI, David Lipton, assinala o bom progresso na execução do programa com destaque para o orçamento para 2012 e para o ajustamento do lado da despesa, a determinação do Governo em resolver problemas de disciplina e controlo orçamental, em particular no sector empresarial do estado, nas parcerias público privadas e ainda nas administrações regionais e locais.

Prosseguiu, dizendo, que David Lipton referiu, ainda; o ambiente exigente em que opera o sistema bancário português; destaca, que é crítico assegurar que a diminuição do rácio de transformação dos bancos não implique uma contração demasiado pronunciada da disponibilidade de crédito às empresas mais dinâmicas da economia portuguesa; e, por último salienta o progresso concretizado na agenda de transformação estrutural e destaca a determinação das autoridades portuguesas para, em diálogo com os parceiros internacionais, aprofundar as reformas estruturais de forma a facilitar e acelerar a acumulação de ganhos de produtividade.

Concluindo, o Senhor Ministro de Estado e das Finanças referiu o sucesso assinalável, revelado após o segundo exame regular à execução do programa de assistência financeira a Portugal, conseguido com um esforço muito considerável e, assim sendo, encontram-se satisfeitas as condições formais para o desembolso da terceira “tranche” do financiamento.



## **COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

Continuando a sua exposição o Senhor Ministro de Estado e das Finanças informou a CEAMPAFP que, em primeiro lugar iria partilhar alguma informação recente, por, à data da anterior reunião, a mesma não se encontrar ainda disponível; em segundo lugar iria dar conta de algumas questões determinantes em Fevereiro, segundo a sua perspectiva, no contexto do terceiro exame regular do programa de assistência financeira; e, em terceiro lugar ficaria inteiramente disponível, bem como o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, Eng. Carlos Moedas, para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.

Naqueles termos adiantou que, de acordo com os dados publicados pelo INE, em setembro, a execução orçamental durante o primeiro semestre foi dececionante, em particular no segundo trimestre em que o défice, em percentagem do PIB, numa ótica de contas nacionais, atingiu quase 9%. Contudo, verificou-se, no segundo semestre, uma inflexão de tendência, com o valor do défice para o terceiro trimestre a diminuir de forma pronunciada, considerando os dados até novembro para a administração central e a segurança social.

Mais referiu que não teria sido possível assegurar o cumprimento do limite estabelecido para o défice de 2011, sem o recurso à transferência do fundo de pensões da banca, que envolve mais de seis mil milhões de ativos, para a esfera do estado. Salientou ainda, que os fundos obtidos asseguram o pagamento das pensões que lhes estão associadas e que na hierarquia dos meios para corrigir o défice, constitui o tipo de operação que apresenta um menor risco. Frisou, no entanto, que apesar de ser neutra, esta operação, do ponto de vista atuarial, não deixa de constituir um expediente e em Portugal não é sequer um expediente inédito. Continuando, disse que estas operações devem ter um carácter pontual e extraordinário e que não podem encorajar aumentos de despesa ou reduções de receita nem esconder a indisciplina orçamental, deteriorando o défice estrutural e efetivo.

Continuando, informou ter sido indicado pelos responsáveis pelos peritos da Comissão Europeia, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central Europeu, ser crucial que, ainda no ano de 2011, para o cumprimento e credibilidade do programa de assistência financeira deveria ser feito o máximo esforço de ajustamento exequível em tempo útil. A



## **COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

utilização deste tipo de expediente que não faz parte do modo da atuação do Governo português.

Assim, prosseguiu o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, devido ao montante da transferência do fundo de pensões, estima-se que o défice orçamental ficará, com toda a probabilidade, na casa dos 4%, bem abaixo dos 5,9% determinados no programa, sendo que sem o valor daquela transferência, o défice seria cerca de 7,5%. Indicou, ainda, que sem o imposto extraordinário em sede de IRS e sem a antecipação do aumento do IVA sobre os produtos energéticos, o défice seria superior a 8%. Informou que segundo as estimativas do ministério das finanças o défice estrutural orçamental, corrigido do efeito do ciclo económico e de outros efeitos de curto prazo, foi de 9,6% do PIB em 2009 e de 10,9% em 2010. Ainda de acordo com as mesmas estimativas e para os anos de 2011 e 2012, prevê-se a queda desses valores para 7,1% e 2,9%, respetivamente, verificando-se já em 2011 um ajustamento de quatro pontos percentuais do PIB. No ano de 2012 e em resultado do forte enfâse do lado da despesa, coloca-se a consolidação orçamental na trajetória prevista no programa.

Dando sequência à apresentação o Senhor Ministro de Estado e das Finanças referiu que a operação de transferência do fundo de pensões da banca exige uma gestão financeira prudente e como parte desses fundos será utilizada para pagar dívidas esse pagamento poderá afetar positivamente a liquidez e a disponibilidade de crédito para as empresas privadas portuguesas.

O Senhor Ministro salientou uma questão, muito relevante, que foi o facto de Portugal não ter cumprido, neste segundo exame regular, o critério indicativo de não acumulação de atraso nos pagamentos internos o que indicia problemas fundamentais em termos de monitorização e controlo da disciplina orçamental. Mais Informou que a possibilidade de regularização de dívidas se encontra bloqueada pela necessidade de introduzir sistemas de controlo de compromissos e de endividamento que garantam a diminuição sustentada dos níveis de endividamento e a necessidade de criar mecanismos de responsabilidade financeira efetiva das entidades relevantes pelo serviço e pagamento do capital em dívida. Concluindo informou



## **COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

que o Governo se encontra comprometido para, ainda em 2011, tomar iniciativas legislativas nesta matéria.

Em seguida, Senhor Ministro de Estado e das Finanças recordou a necessidade da apresentação, por parte do Governo, de um orçamento certificativo para 2012 que contemple a absorção dos fundos de pensões com a contabilização rigorosa das implicações orçamentais que irão ocorrer.

Adiantou ainda que, as questões de disciplina e controlo orçamental não constituem os únicos aspetos relevantes que marcarão o terceiro exame regular que acontecerá em fevereiro, destacando, como muito importantes, o sistema bancário e o financiamento da economia, e dizendo que, do ponto de vista do Governo, o aspeto crucial será garantir que o necessário ajustamento do sector bancário seja compatível com o financiamento das empresas privadas dinâmicas e viáveis, sobretudo as pequenas e médias empresas do sector exportador.

Por último, e, no seu entender, o aspeto mais importante consiste na agenda de transformação estrutural que irá exigir um grande esforço no quadro do terceiro exame regular, pelo que, já em janeiro, o Governo irá interagir com os representantes do Conselho Europeu, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Central Europeu e todos os interessados para dinamizar, ainda mais, o processo de transformação estrutural da economia e da sociedade portuguesa, referindo que a agenda de transformação estrutural constituirá a base da prosperidade futura dos portugueses.

Ao terminar a sua intervenção, o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, indicou, que de acordo com a sua opinião, os quatro eixos fundamentais, para a agenda de transformação estrutural são em primeiro lugar: confiança, credibilidade e justiça; em segundo lugar: abertura, concorrência e competitividade; em terceiro lugar: capital humano e flexibilidade no mercado de trabalho; e, em quarto lugar: democratização da economia e estado limitado.

Seguidamente e na primeira ronda, usaram da palavra para tecer considerações e colocar questões os Deputados Fernando Medina (PS), Pedro Pinto (PSD), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e João Semedo (BE), tendo, consoante a matéria tratada, o



## **COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

Senhor Ministro de Estado e das Finanças e o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, respondido, imediatamente após a intervenção de cada um dos Deputados às perguntas que foram formuladas.

Na segunda ronda, usaram da palavra para fazer perguntas os Deputados João Galamba (PS), Nuno Reis (PSD), João Almeida (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), João Semedo (BE).

No final da segunda ronda, inscreveram-se para usar da palavra os seguintes Deputados: Pedro Marques (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), João Galamba (PS), João Almeida (CDS-PP), Pedro Pinto (PSD) e Miguel Tiago (PCP).

Os Senhores Ministro de Estado e das Finanças, Dr. Vítor Gaspar e Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, Eng. Carlos Moedas, dependendo da natureza das questões, responderam em bloco e em simultâneo, às questões colocadas, na segunda ronda e no final desta, pelos Deputados atrás mencionados.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e transmitida em directo no Canal Parlamento, encontrando-se o respectivo registo disponível para consulta na página Internet do Parlamento.

A reunião foi encerrada às treze horas e vinte minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de Janeiro 2011.

O Presidente

(Vieira da Silva)



**COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO  
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes  
Basílio Horta  
Carlos Abreu Amorim  
Clara Marques Mendes  
Fernando Medina  
João Semedo  
Luís Leite Ramos  
Maria José Castelo Branco  
Miguel Frasquilho  
Miguel Freitas  
Miguel Tiago  
Nuno Reis  
Paulo Batista Santos  
Pedro Jesus Marques  
Pedro Pinto  
Teresa Anjinho  
Vieira da Silva  
Vitalino Canas  
João Galamba  
João Gonçalves Pereira  
João Pinho de Almeida  
João Ramos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco  
Fernando Virgílio Macedo  
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: